



3º Encontro Internacional de Política Social 10º Encontro Nacional de Política Social

Tema: “Capitalismo contemporâneo: tendências e desafios
da política social”

Vitória (ES, Brasil), 22 a 25 de junho de 2015

Eixo: Questão Agrária, Urbana e Ambiental

O ÁPICE IRRACIONAL DO CAPITAL: EM CENA A BARBÁRIE SOCIOAMBIENTAL

Amanda Santos de Paiva¹

Resumo

O artigo apresenta como objetivo fundamentar as macrodeterminações do capital à crise ambiental. Discute-se, por uma pesquisa bibliográfica, a cena contemporânea de crise estrutural do capital fomentada pela barbárie socioambiental. Refuta-se a estratégia conservadora do desenvolvimento sustentável e aponta-se uma saída anticapitalista, o ecossocialismo. Por fim, o acirramento das contradições em período de crise radicaliza a incapacidade do capital de atender um caráter progressista. E impõe como alerta vital para humanidade a superação do capital.

Palavras-chave: Crise ambiental. Crise estrutural do capital. Desenvolvimento sustentável. Ecossocialismo.

Abstract

The article presents the objective reasons for macro determinations of capital to the environmental crisis. Is discussed by a literature search, the contemporary scene structural crisis of capital fostered by social and environmental barbarism. Refutes the conservative strategy of sustainable development and points to an anti-capitalist output, ecosocialism. Finally, the intensification of the contradictions in times of crisis radicalizes the capital's inability to meet a progressive character. And imposes a vital warning to humanity overcoming the capital.

Keywords: Environmental crisis. Structural crisis of capital. Sustainable development. Ecosocialism.

¹ Mestranda do Programa de Pós- Graduação de Serviço Social da UFRN.

1. INTRODUÇÃO

O atual cenário de radicalização da questão ambiental, enquanto uma das expressões da “questão social” requer análise crítica, produção de conhecimento e proposições criativas e qualificadas de governos, movimentos sociais, pesquisadores e profissionais.

Nesta avaliação, destacamos as macrodeterminações que permeiam as relações entre o indivíduo com a natureza para a satisfação de necessidades humanas. Sobretudo, o fato de que nas configurações capitalistas tais necessidades ficam subordinadas à sistemática de reprodução ampliada do capital.

A literatura e análise marxista explicitam o quanto a mercantilização da vida e a lógica de extração da mais-valia espriam-se em todas as esferas da vida social. E repercute, necessariamente, no elo indivíduo e meio ambiente, determinando a catastrófica crise ambiental ou “barbárie ambiental”². Essa lógica do capital é a raiz da crise e por tal, a solução deste “cenário do pior” perpassa o fim deste projeto vigente.

Nesse trabalho, primeiramente analisamos a crise ambiental dentro da crise estrutural do capital. Depois, explicitamos rapidamente como a questão ambiental é uma “questão social”. E por último, desmistificamos o desenvolvimento sustentável como uma saída possível a problemática ambiental e apontamos uma saída efetiva a partir de uma mudança radical pela extinção do capital.

2. A CRISE AMBIENTAL COMO ADVENTO DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL

A dimensão fundante do trabalho no ser social é vista pela relação mediada do indivíduo com a natureza para a satisfação da necessidade do primeiro. É pelo trabalho

² “Crescimento exponencial da poluição do ar nas grandes cidades, da água potável e do meio ambiente em geral; aquecimento do planeta, começo da fusão das geleiras polares, multiplicação das catástrofes “naturais”; início da destruição, numa velocidade cada vez maior do ozônio; destruição das florestas tropicais e rápida redução da biodiversidade pela extinção de milhares de espécies; esgotamento dos solos, desertificação; acumulação de resíduos, notadamente nucleares, impossíveis de controlar; multiplicação dos acidentes nucleares e ameaça de um novo Chernobyl; poluição alimentar, manipulações genéticas. Todos os faróis estão no vermelho: é evidente que a corrida louca atrás do lucro, a lógica produtivista e mercantil da civilização capitalista//industrial nos leva a um desastre ecológico de proporções incalculáveis.” (LOWY, 2005, p.41-42).

que a humanidade distancia-se e diferencia-se da natureza, mas não deixa de ser integrante da mesma. Afirmamos que o ser humano é natureza e sua relação com matérias naturais são estruturantes para sua sobrevivência.

Logo, como primeira recorrência das afirmações feitas seria que o trabalho é nos dizeres de Marx, condição eterna para vida humana, refutando, assim, supostas discussões que promovem o fim do trabalho. Por outro lado, defendemos como horizonte revolucionário a abolição do trabalho abstrato. Este é o responsável pela exploração das duas forças vitais do sistema sociometabólico do capital: a força de trabalho e os recursos naturais.

Para melhor apreensão das hipóteses argumentadas, é necessário trazer o debate sobre os termos do filósofo alemão Marx: trabalho concreto e trabalho abstrato para debater criticamente a depreciação da vida a partir do segundo. O trabalho concreto está imbricado ao valor de uso o qual aborda sobre a capacidade de toda sociedade apresentar a criação de valores de uso para a satisfação de suas necessidades. Já, o trabalho abstrato relaciona-se ao valor de troca (NETTO; BRAZ, 2007). Temos, assim que o trabalho abstrato “[...] é o trabalho alienado da sociedade burguesa. A alienação econômica do trabalhador assalariado consiste, substancialmente, em despossuí-lo do controle do trabalho e do produto do trabalho.” (CASTRO, 2009, p.2).

Relembramos a contradição primordial da sociabilidade do capital: a produção burguesa sustenta-se pela formação da mercadoria e a sua necessária conversão em dinheiro contendo a mais-valia e nesse processo, os trabalhadores ficam isentos aos meios de subsistência. Em que a produção coletiva *versus* a apropriação privada dos seus frutos, revela a exploração dos trabalhadores. Nesta lógica fundante do capital, torna-se nítido a subsunção do trabalho ao capital (COGGIOLA, 2002).

Seguindo nessa perspectiva de explicitar a lógica do capital, analisamos a unidade indivíduo /natureza na qual a vida humana está hipotecada a natureza. Em que logo mais, essa relação está em “colapso” não por divergências naturais, mas sim pelo redimensionamento do trabalho e da relação sociedade/ natureza dentro do capital.

A desarmonia aparente do indivíduo com o meio ambiente, em cena atual, expresso pela crise ambiental não pode ser vista por falácias que o crescimento desordenado da população e a dicotomia da vida humana *versus* os recursos naturais finitos são as causas da evidente crise. Estas buscam naturalizar a problemática como típicas de qualquer outra ordem social nesse estágio de desenvolvimento (MOTA;

SILVA,2009).

Aqui, apreendemos que a cena contemporânea de barbárie socioambiental evidenciada pelas catástrofes da natureza e destruição do meio ambiente atreladas a radicalização da precarização das condições de vida da classe trabalhadora denunciam a irracionalidade do capital e seus limites. A regressão e decadência deste modelo de produção são apresentadas pela crise estrutural do capital a qual se caracteriza por ser multifacetada: crise cultural, crise alimentícia, crise econômica e crise ambiental entre outras. Por tal, a crise ambiental precisa ser apreendida como expressão de uma crise maior, o horizonte é a crise em tempo corrente do capital.

Nessa linha de raciocínio, Mészáros (2009) reafirma que as crises são modos de existência natural do capitalismo. São imanentes a este modo de produção e até mesmo funcionais ao servir para seu redimensionamento e fortalecimento. Todavia, a crise atual iniciada na década de 1970 apresenta um ineditismo histórico que a difere das demais. Este autor traz a crise contemporânea como universal (não atinge uma esfera particular), global (envolve todos os países) e com durabilidade permanente.

Coggiola (2002) em sua argumentação sobre a gênese e estrutura da crise recente, apropria-se da obra marxiana para assimilar a crise como algo orgânico do capital: “Para Marx, as crises eram a regra, e não a exceção dentro do capitalismo, não um acidente, mas seu elemento determinante.” (COGGIOLA, 2002, p. 118).

Para o autor, a apreciação da gênese da crise perpassa no debate sobre a “lei da tendência decrescente da taxa de lucro”. Esta aborda que a concorrência entre os capitalistas se dá pela redução dos custos de produção em forma de investir na elevação do capital constante (trabalho morto):

O aumento [do mesmo] é o único meio que cada capitalista dispõe para aumentar seus lucros e vencer na concorrência com outros capitalistas [...] tudo isso significa que o interesse de cada capitalista encontra-se em contradição com o interesse do capitalismo em seu conjunto, já que o aumento provoca uma queda de lucro do conjunto do capital. (COGGIOLA, 2002, p.125)

Nesta lei (a qual é uma tendência) encontra-se a chave analítica para apreender o caráter genético de crises cíclicas no capital (COGGIOLA, 2002).

As evidências da crise em vigor iniciaram-se de forma mais significativa a partir da década de 1970, temos: a queda do poder de compra dos trabalhadores, o declínio do crescimento econômico, o aumento do desemprego, o decréscimo das taxas de lucro

entre outros . A partir desta mesma década, destacamos o cenário de radicalização da tendência da queda da taxa de lucros o qual é inerente ao capital e da resistência da classe trabalhadora expressa pelo bloco coletivista, a classe dominante assume ações de contratendências (BRAGA, 1996).

Braga (1996) traz a problemática do imperialismo o qual, para ele, é uma questão clássica do capital - “ [...] o eixo central continua ser de desigualdade e dominação” (LOWY, 1995, p.19 apud BRAGA, p.180). Entretanto, há também singularidades contemporâneas como: mundialização do capital, financeirização, ajuste estrutural e neoliberalismo. Tendo estes como respostas ao cenário de crise.

Na atualidade, o imperialismo reveste-se pelo poderio militar dos EUA e pelas instâncias do capital como FMI e Banco Mundial através das dívidas formulando um quadro de dominação sem precedente. Esse impõe retrocessos para os direitos, conquistas históricas dos trabalhadores, pelas privatizações e cortes orçamentários para saúde, por exemplo (BRAGA, 1996).

Logo, o neoliberalismo junta-se a restauração do capital com domínio do imperialismo tendo a financeirização como uma renovada estratégia de reprodução do capital. Já o ajuste estrutural visa o corte em gastos sociais, mas essencialmente busca a hegemonia do capital financeiro por via da desvalorização da moeda, liberalização dos preços onde promove o aprofundamento das desigualdades sociais (BRAGA, 1996).

Resgatamos que a mundialização do capital promove a abertura econômica em que se acentua a exploração da força de trabalho nas economias nacionais as quais tenham reservas de forma barata da mercadoria diferenciada do capital, e ocorre também a utilização de recursos naturais de maneira indiscriminada (BRAGA, 1996).

Nesse cenário, a exploração intensificada da natureza fica nítido pela característica da mercadificação e a privatização de todo tipo de utilidade pública (água e transporte), além dos benefícios sociais (educação e saúde), de instituições públicas (universidades e presídios) com a finalidade de abrir novos campos antes públicos para à acumulação do capital (HARVEY, 2008).

Mészáros (2009) explicita que o capital encontrou limites intransponíveis na sua estrutura, por isso a denominação de crise estrutural do capital. Para este marxista, o capital segue a rota do colapso o qual impõe como imperativo vital para a humanidade a busca de um novo modo de produção radicalmente contrário ao capital. Em sua tese, salienta o caráter destrutivo do capital pela própria falência das suas engrenagens e pela

degradação socioambiental.

O sistema vigente capitalista impõe uma configuração civilizatória predatória e injusta no que tange as suas relações sociais e com a natureza. Este impasse em curso no capitalismo contemporâneo é feito em um panorama emergencial, pois, as consequências deste modelo de produção estão colocando-o em xeque. A lógica do capital não se discorre na satisfação das necessidades humanas, mas sim há uma produção ilimitada para atender o interesse do capital. Essa produção ilimitada determina um sobrecarga no Planeta Terra e promove a crise ambiental a qual é um indício da crise terminal do capital (BOFF, 2011).

De tal forma, o estágio atual de crise não pode ser superado pelos mecanismos do capitalismo ao ponto que a continuidade da vida humana na terra será definida por intermédio de soluções estruturais. (BOFF, 2011; MÉSZÁROS, 2009; FALADORI, 2005). Concordamos que a crise ambiental contemporânea não é resultado dos limites físicos da natureza, é indiscutivelmente, uma crise social por evidenciar um limite humano, do modelo de produção vigente:

[...] não se trata de uma crise ecológica em si mesma, visto que não é o ambiente natural que está em crise, mas o sistema do capital, o qual faz recair sobre os trabalhadores e sobre a própria natureza as mazelas de sua dinâmica crescentemente predatória. Neste caso,- malgrado ser destacada a importância de reformas- só a superação da sociedade do capital poderá lançar as bases para a superação da crise ambiental. (SILVA, 2008, p.64)

Esclarecemos que as respostas dentro do capital não estão tendo “eficácia”. Aliás, muito para ao contrário, essas estão levando ao certo a um verdadeiro caminho para servidão e barbárie ao radicalizar a lógica perversa do capital para humanidade e pela a transformação do mundo em um cassino global pelo hegemônico financeiro (MÉSZÁROS, 2009).

Por exemplo, sabemos que o programa do corte neoliberal não cumpriu com seu dever histórico de reaquecer a economia à nível dos anos gloriosos da pós-guerra. Esta promoveu uma imbricação da questão social e projetou uma crise global do capital (MOTA, 2008).

Trazemos também Silva (2006) por este realizar um desenho analítico acerca das tendências contemporâneas a qual capta as expressões político-institucionais, econômicas, sociais, culturais e científicas acentuadas pela crise. No âmbito científico, ressaltamos o fenômeno da terceira revolução científica caracterizada pela revolução da

microbiologia e da engenharia genética. Estas abrem perspectivas para mudanças genéticas em plantas e animais que ideologicamente justificam-se pelo seu potencial para combater a fome e a desnutrição (SILVA,2006).

Realizamos uma ressalva sobre os próprios princípios éticos da utilização de ações científicas com seres vivos, além do próprio capital: “[...] o fato de que as novas tecnologias não representam melhor qualidade de vida, sem mencionar a apropriação desigual da riqueza social (que inclui as tecnologias).” (SILVA, 2006, p. 48). O uso dos transgênicos e agrotóxicos torna isso claro pelos perigos os quais promovem para natureza e dentro dela a humanidade.

No âmbito cultural, percebem-se indícios de exacerbação do individualismo, do efêmero, da procura individual pela boa saúde, da judicialização dos direitos e da liberdade burguesa-econômica. Estes são alguns exemplos dos impactos da reestruturação do capital na superestrutura (SILVA, 2006). Essa prerrogativa é vista na própria problemática ambiental. A partir da focalização em mudanças comportamentais e em atitudes meramente individuais sincronizadas com mercados e por tal, apartas do fundamento explorador do capital com a natureza. Logo, não se toca no consumismo e na programação obsoleta estruturantes do lucro burguês (MOTA; SILVA, 2009).

Vejamos, a seguir, um maior aprofundamento do pressuposto das balizas do capital, em atual declínio, como fundante da crise ambiental a partir da questão ambiental como “questão social”.

2.1. Um imperativo para o capital, a Questão ambiental como “questão social”

A depreciação da vida e do meio ambiente é algo genético do capital. Por tal, apreendemos a questão ambiental dentro da “questão social”. Schons (2012) analisa que a questão ambiental e a questão social apresentam a mesma gênese: “No fundamento do sistema capitalista, que extrai seu lucro na exploração do homem e na depredação do planeta, que mercantilizou tanto o homem quanto a terra, está a raiz tanto da questão social quanto da ambiental.” (p. 71).

Advogamos a “questão social” como a politização da pobreza e miséria, é o questionamento das desigualdades sociais. Ou seja, também é resistência. Assim, “Foi a

partir da perspectiva efetiva de uma eversão da ordem burguesa que o pauperismo designou-se como 'questão social.'" (NETTO, 2004, p.43). No tempo recorrente, o cenário de mundialização do capital com neoliberalismo e reestruturação produtiva promove a multiplicação das expressões da “questão social”. Esta apresenta sua gênese no sistema sociometabólico do capital.

O Capital é uma relação social em que o dinheiro é dirigido para a compra de mercadorias entre elas, a força de trabalho. O burguês investe dinheiro para produzir mercadorias com único objetivo de obter mais dinheiro que investiu. A produção mercantil precisa da propriedade privada e da divisão social do trabalho visto que o fruto fosse de todos não haveria mercadoria. O valor produzido pela força de trabalho é superior o da sua reprodução (salário), ela gera um valor superior ao que custa. Esse excedente é a mais-valia onde está a fonte do lucro burguês e demonstra a exploração do trabalhador (NETTO; BRAZ, 2007).

Destacamos e reiteramos que a “questão social” constrói-se por uma relação dialética de estrutura e ação, ou seja, além de expressões das desigualdades sociais geradas na sociedade capitalista, é também rebeldia e luta social. Nesta perspectiva, Pereira (2004) discute a exacerbação de problemáticas sociais contemporâneas como expoentes de uma “incomoda e complicada ‘questão social’ latente” e não como uma própria questão social explícita. Isso por entender que por não há ainda forças sociais com efetivo poder de pressão para exigir uma resposta do Estado para um efetivo enfrentamento a estas problemáticas.

Logo, entendemos as repercussões depreciativas da exploração da natureza como “questão social”. Pois, o debate sobre a temática ambiental amadureceu nas últimas décadas ao se consolidar como uma nova preocupação e exigiu intervenção que se tornou alvo das discussões do governo, da sociedade civil e também e não menos importante pelo mercado. Este último entende a preocupação com o meio ambiente como uma oportunidade para estimular a venda dos seus produtos. Para a sistematização da discussão sobre a proteção do meio ambiente a partir da metade século XX, utilizamos a análise de Leis e D'amato:

[...] pode se dizer que, se nos anos 50 emergiu o ambientalismo dos cientistas, nos 60 o das ONGs e nos 70 o dos atores políticos e estatais (tendo todos eles praticamente seu apogeu na década seguinte), nos anos 80, do Relatório Brundtland (a chamada Comissão Brundtland foi criada em 1983 e publicou seu conhecido relatório *Our common future*, em 1987), encontramos a largada dos atores vinculados ao sistema econômico [...]. Vinculadas ao

conceito de desenvolvimento sustentável e à idéia de um mercado verde, as empresas dos anos 90 começam rapidamente a recuperar o tempo perdido, abandonando de forma gradual as atitudes negativas em relação às questões ambientais. No contexto desta emergência e expansão por ondas sucessivas e convergentes, encontramos nos anos 90 um ambientalismo projetado sobre as realidades locais e globais, abrangendo os principais espaços da sociedade civil, do Estado e do mercado. (LEIS; D'AMATO, 1994, p.46).

Como “questão social” as expressões da crise ambiental precisam de intervenção. Dadas as conseqüências dos descuidos com o ecossistema cada vez mais alarmante e a resistência expressa pelos movimentos, foi necessário a mobilização de órgãos como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Banco Mundial para a discussão do suposto desenvolvimento sustentável.

No próximo tópico debatemos as respostas para a questão ambiental. Dentro delas, a conservadora, o desenvolvimento sustentável. E também apresentamos a solução crítica e revolucionária.

3. AS RESPOSTAS PARA O CAOS: MAIS DO IGUAL OU RUPTURA.

E por este panorama de crise ambiental que a defesa do meio ambiente está presente e ganha consistência no discurso ideológico apesar da própria natureza do sistema capitalista ser exploratório e mercantilizar os recursos naturais. Por esse motivo, é que se abre espaço para a discussão da temática de cunho conservador. Exposto, em nossa análise, pelo desenvolvimento sustentável.

Os ideólogos burgueses construíram uma mediação em busca de um “consenso de classes” a partir do desenvolvimento sustentável. Em um panorama geral, esse é um rumo tomado pelo capital como resposta à crise estrutural do capital. A medida anticrise da ordem passa pela busca cultural e ideológica de conquistar o “corpo e alma” dos trabalhadores, além de:

[...] bases políticas e sociais de uma iniciativa que permitia às classes dominantes apresentarem seus interesses particulares como universais, isto é, validos para todas as classes. (BRAGA, 1996, p.176).

Portanto, compartilhamos com a hipótese que a burguesia adota como busca de uma antítese para situação-crise, a apatia das conquistas da classe subalternas em voltas

a contrarreforma do Estado³. Mota (2008) afirma que capital buscou fazer uma desqualificação das demandas dos trabalhadores como de classe. O principal instrumento é a procura pelo consentimento dos trabalhadores; disseminando que para a superação da crise necessita da colaboração de todos.

Expressão dessa racionalidade do capital, como já dissemos, é o desenvolvimento sustentável o qual diante da crise ambiental propaga um possível diálogo entre a sustentabilidade ambiental e a sustentabilidade social condizente com um crescimento econômico. Logo, distancia-se da compreensão do capital como fundante da questão ambiental e apresenta um caráter de inibir ideologicamente o antagonismo de classe por reunir a tríade meio ambiente- desenvolvimento social-economia (MOTA; SILVA, 2009):

O caráter sedutor e encantador da proposição reside/residiu no apelo à preservação da natureza, ao enfrentamento da desigualdade social e ao comprometimento individual e coletivo da sociedade com o meio ambiente, ignorando as determinações históricas do processo destrutivo (MOTA; SILVA, 2009, p. 39).

Enfatizamos o horizonte conservador do “desenvolvimento sustentável” pela “[...] ausência de uma crítica radical e classista à problemática ambiental” e assim, mascara a destrutividade socioambiental inerente ao capital (MOTA; SILVA, 2009, p.39).

Tonet (2002) defende que há uma grande disparidade entre os valores éticos proclamados (o dever ser) com a realidade objetiva (o ser). Este mesmo autor afirma que existe um dever moral e ético de proteção a natureza que vai na contramão da própria lógica de reprodução do capital que se direciona a degradação da natureza.

Por outro lado, como solução crítica a crise, Lowy (2010) discute uma proposta radical e geneticamente crítica a lógica do capital, o ecossocialismo. Este seria uma verdadeira saída para a crise socioambiental. Busca subordinar o valor de troca pelo valor de uso, ou seja, a produção deve seguir como horizonte a satisfação das necessidades sociais ao invés das prerrogativas do lucro. Assim, sedimenta:

³ Para entender a terminologia contrarreforma do Estado, tomamos Behring (2003). A autora destaca que houve um erro intencional da utilização do termo “reforma” como se esta significasse qualquer mudança. Lembramos que o termo tem berço nos movimentos operários e significa mudanças para melhores condições de vida para as massas. Logo, por exemplo, no Brasil, a Constituição Federal de 1988 anunciava uma importante reforma democrática, entretanto as condições econômicas internas e internacionais eram extremamente desfavoráveis. Já nos países europeus, aplica-se ao processo de corrosão do Estado de bem-estar social a qual coloca uma refuncionalização do Estado, agora máximo para o capital e mínimo para a coletividade. Por isso, o termo contrarreforma do Estado.

Atividade baseada no tempo disponível para produzir valores de uso socialmente necessários, na realização do trabalho socialmente necessário e contra a produção baseada no tempo excedente para produção exclusiva de valores de troca para a reprodução do capital (ANTUNES, 2010, p. 635).

Logicamente, esta proposta impõe a extinção da propriedade privada dos meios de produção, mas para além disso, procura consolidar uma transformação na própria força produtiva do capital: “[...] por sua natureza, e sua estrutura, ele não é neutro, mas está a serviço da acumulação de capital e da expansão ilimitada do mercado.” (LOWY, 2010, p. 690).

Desmistifica que o avanço tecnológico é o responsável pela degradação ambiental e pelo desemprego estrutural, por exemplo. É evidenciar como este é captado e fagocitado pelo capital que geram estas relações de depreciação da vida social em sua totalidade. Destacamos que o ecossocialismo: “[...] está ancorado em uma aposta, que já era aposta de Marx: a predominância, em uma sociedade sem classe, do ‘ser’ sobre o ‘ter’ [...]” (LOWY, 2010, p. 692).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estamos na fronteira da vida humana dentro da sociabilidade do capital, a cena contemporânea é demarcada pela barbárie social e ambiental. A crise ambiental dentro da crise estrutural do capital demonstra a falência deste modelo de produção e o coloca em xeque, sendo a natureza o limite intransponível. Apreender as particularidades do capital permite captar a questão ambiental como “questão social” em sua raiz, e o porquê a promessa do desenvolvimento sustentável é impensável dentro do mundo burguês.

Ao analisar as macrodeterminações do capital em sua relação de exploração com a classe trabalhadora e o enaltecimento do valor de troca em declínio do valor de uso o qual determina uma relação predatória também com a natureza, concluímos que as respostas para o cenário de caos devem buscar um rompimento estrutural com lógica do capital. Assim, compartilhamos com o projeto do ecossocialismo.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **A crise, o desemprego e alguns desafios atuais**. In: Serviço social e sociedade, São Paulo, n. 104, p.800. out./dez. 2010.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BOFF, L. **Crise terminal do capitalismo?** Publicado em 22/06/2011. Disponível em:<<http://leonardoboff.wordpress.com/2011/06/22/crise-terminal-do-capitalismo/>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

BRAGA, Ruy. **A restauração do capital: um estudo da crise contemporânea**/ Ruy Braga- São Paulo: Xamã, 1996.

CASTRO, Ramon Peña. **Trabalho abstrato e trabalho concreto**. In: Dicionário da Educação Profissional em Saúde. Todos os direitos reservados a Fundação Oswaldo Cruz. 2009. Disponível em:<<http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/traabstracon.html>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

COGGIOLA, Osvaldo. **O capital contra a história: gênese e estrutura da crise contemporânea**/ Osvaldo Coggiola; prefácio de Octávio Ianni.- São Paulo: Xamã: Edição Pulsar, 2002.

FALADORI, G. **O capitalismo e a crise ambiental**. Revista Outubro n. 5, 2005. Disponível em:< http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/05/out5_08.pdf>. Acesso em: 21 mar 2015.

HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. Editora Loyola, São Paulo, Brasil, 2008.

LEIS, H. R.; D'AMATO, J.L. **O ambientalismo como movimento vital: análise de suas dimensões histórica, ética e vivencial**. In: Cavalcanti ,C. (Org.). Desenvolvimento e natureza: estudos para uma Sociedade sustentável. INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério de Educação, Governo Federal, Recife, Brasil. Outubro 1994. p. 262

LOWY, Michael. **Cenários do pior e alternativa ecossocialista**. In: Serviço social e sociedade, São Paulo, n. 104, p.800. out./dez. 2010.

LOWY, Michael, 1938- **Ecologia e socialismo**/ Michael Lowy.- São Paulo: Cortez, 2005,- (Coleção questões de nossa época; v.125).

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**/ István Mészáros:[tradução Francisco Raul Cornejo...[et.al.]. – 2 ed. Ver. E ampliada.- São Paulo: Boitempo, 2009.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e seguridade social**: um estudo sobre tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo, Cortez, 2008.

MOTA, Ana Elizabete . SILVA, Maria das Graças e. **A questão ambiental e o contraditório discurso da sustentabilidade**. In: Praia Vermelha: estudos de política e teoria social / Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação em Serviço Social - Vol. 19, nº 2 (2009) – Rio de Janeiro: UFRJ.

NETTO, J.P. Cinco notas a propósito da “questão social”. Revista Temporalis, 3 (Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social– ABEPSS), 2a ed. Ano II, 2004.

NETTO, J.P.; Braz, M. **Economia Política**: uma introdução crítica. (Biblioteca Básica). São Paulo. Cortez, 2007.

PEREIRA, Potyara A. P. **Questão social, serviço social e direitos de cidadania**. Revista Temporalis, 3 (Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social– ABEPSS), 2a ed. Ano II, 2004.

SCHONS, Selma Maria. **A questão ambiental e a condição da pobreza**. In: R. Katál., Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 70-78, jan./jun. 2012.

SILVA, Ademir Alves da. **A gestão da seguridade social brasileira**: entre a política pública e o mercado. São Paulo: Cortez, 2006.

SILVA, Maria das Graças e. **Capitalismo e questão ambiental**: o desenvolvimento sustentável e a ação do Serviço Social. Maria das Graças e Silva. Tese (Doutorado)- Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Serviço Social, 2008.

TONET, Ivo. **Ética e capitalismo**. In: Revista Presença Ética Ano 2 - n.2 v.2 GEPE:UFPE: Recife, 2002.